

Lula critica juros elevados e volta a questionar independência do BC

Juliana Schincariol, Caio Sartori,
Paula Martini e Cristiane
Agostine

Do Rio e de São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar, nesta segunda-feira (6), a atual taxa de juros no Brasil e a questionar a independência do Banco Central. Na cerimônia de posse de Aloizio Mercadante como presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na sede do banco, no Rio, disse que o atual patamar da Selic, de 13,75%, é "vergonhoso" — o que seria comprovado, segundo ele, pela ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

"Não tem explicação para essa taxa de juros. Como eu vou pedir para o Josué [Gomes da Silva, presidente da Fiesp] fazer com que os empresários ligados à Fiesp invistam, se eles não conseguem tomar dinheiro emprestado? Já faz anos que a gente briga pela taxa de juros deste país", afirmou Lula, que disse durante o discurso, por mais de uma vez, que a Selic estava em 13,5%.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa de juros em 13,75%. Segundo Lula, o problema, segundo o presidente, não é o fato de o Banco Central ser uma instituição independente ou ligada ao governo. É, sim, o que chamou de "cultura de juros altos" no país, que não combinaria com a necessidade de investimentos. "É só ver a carta [ata] do Copom para a gente saber que é uma vergonha esse aumento de juros. Muita gente fala que o presidente não pode falar. Se eu fui eleito e não posso falar, quem é que vai falar? O catador de material reciclável? Eu tenho que falar. Quando eu era presidente eu era cobrado", disse.

Lula já havia criticado o Banco Central na semana passada. Em entrevista à RedeTV!, o presidente afirmou que poderia buscar a revisão da autonomia do Banco Central quando terminar o mandato do atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, chamado por ele de "esse cidadão".

A próxima ata do comitê será divulgada esta semana. Antes disso, em novembro, o documento apresentou o porquê de ter decidido, no fim de outubro, manter os juros básicos da economia estáveis em 13,75% ao ano, sinalizando que seria por um bom tempo. Essa ata apontou que, no cenário doméstico, o aumento permanente de gastos públicos e a incerteza sobre a trajetória fiscal a partir deste ano podem elevar os prêmios de risco do país e as expectativas de inflação.

Segundo o colegiado, a expansão dos gastos pressiona a demanda agregada e piora as expectativas sobre a trajetória fiscal. "O Comitê reitera que há vários canais pelos quais a política fiscal pode afetar a inflação, incluindo seu efeito sobre a ativi-



Lula, na posse de Mercadante: "É uma vergonha esse aumento de juros"

dade, preços de ativos, grau de incerteza na economia e expectativas de inflação", explica a ata.

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, também presente na posse de Mercadante, também criticou o Banco Central por ter mantido a taxa básica de juros em 13,75%. "O Banco Central não pode ser um entrave para o desenvolvimento do país e nesse momento está sendo", disse.

Lula afirmou ainda que a classe empresarial precisa aprender a reivindicar e reclamar de juros altos, como fazia no passado. Foi o caso de empresários como Antônio Ermírio de Moraes e o ex-vice-presidente José de Alencar, pai de Josué Gomes. No primeiro mandato de Lula, entre 2003 e 2006, Alencar repetidas vezes criticou a taxa de juros, sem que essa pressão tenha influenciado diretamente o Banco Central à época, comandado por Henrique Meirelles. A taxa de juros chegou a 26,5% há vinte anos.

"Quando o Banco Central era dependente de mim, todo mundo reclamava. O único dia que a Fiesp falava era quando aumentavam os juros, e agora eles não falam. Se a classe empresarial não se manifestar, se as pessoas acharem que vocês estão felizes, eles não vão baixar os juros", disse.

O discurso de Lula também se voltou para os atos golpistas de 8 de janeiro, que classificou como "uma revolta dos ricos que perderam a eleição." Em trecho do

discurso sobre a importância do combate à pobreza, Lula disse ainda que o país não pode continuar a ser governado para uma pequena parcela da sociedade. "É possível fazer com que o país seja socialmente justo se a gente não aumentar o salário mínimo?", perguntou, de forma retórica.

O presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, não quis comentar em detalhes a cobrança de Lula sobre o patamar da taxa de juros. "Isso é algo que precisa ser avaliado", afirmou o executivo, que acrescentou que "o BNDES e o presidente Lula estão conclamando as pessoas para investir e desenvolver".

Na avaliação de economistas, as críticas feitas pelo presidente ao Banco Central dificultam a atuação da equipe econômica, tiram o foco do debate sobre a política fiscal e trazem problemas para o próprio governo.

Para a economista e consultora Zeina Latif, a escalada de críticas de Lula ao Banco Central é uma forma de o presidente "responsabilizar" e "culpar" a autoridade monetária pelos "números fracos da economia". "É uma postura populista, de sempre apontar o 'inimigo'", disse Zeina. "Não é um bom sinal. Era para o governo discutir a agenda econômica do país, não para ficar com esse discurso que é, em boa medida, retórico", afirmou.

"Essas críticas são uma dor de cabeça a mais para o BC. É um ti-

ro no pé. Prejudica o próprio governo", disse Zeina. "Enfraquecem a construção da credibilidade do time econômico e geram volatilidade", afirmou.

Apesar de avaliar que o discurso de Lula é "retórico" e que dificilmente o presidente conseguirá alterar a autonomia do BC, por conta da resistência do Congresso, Zeina afirmou que as declarações geram tensão e lançam dúvidas sobre quais são as intenções do governo na economia. "Isso exigirá muito mais esforço do governo para corrigir rumos. Gera uma grande dificuldade para construir cenários para o futuro", disse.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, reforçou a avaliação de que as declarações atrapalham o governo. "Lula leva a discussão econômica para o lado errado. A discussão deveria ser o arcabouço fiscal e a reforma tributária, e não o Banco Central", disse. "O problema não é o BC, mas sim a política fiscal", reiterou. Vale disse que o mercado financeiro cobra respostas sobre qual será o arcabouço fiscal do governo e que essas dúvidas ainda não foram sanadas. Segundo o economista, a cada crítica ao BC os agentes financeiros deverão pressionar cada vez mais por uma política fiscal mais ortodoxa.

O economista avaliou que as declarações de Lula neste início do terceiro mandato são mais "agressivas e contundentes" do que quando o presidente assumiu o comando do país pela primeira vez, em 2003. Para Vale, a atuação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, poderá ser prejudicada com essa escalada de críticas ao BC. "Antes [em 2003], Lula estava cercado por uma equipe econômica mais liberal. Agora, é difícil alguém no entorno de Lula sinalizar a ele que essas declarações prejudicam o governo e tornam o cenário econômico muito complicado", disse Vale. "Haddad terá de ser o fiel da balança e colocar ordem", afirmou. "Mas na questão do teto de gastos, por exemplo, qual vai ser a regra? Lula vai aceitar a regra proposta por Haddad?"

Na avaliação do economista, se o governo der uma "sinalização contundente" na política fiscal a taxa de juros poderá cair.

Assim como Zeina, Vale também considerou como "difícil" o governo conseguir mudar a autonomia do BC, devido à resistência dos parlamentares no Congresso. O atual presidente do BC e os integrantes da autarquia foram indicados ex-presidente Jair Bolsonaro e têm autonomia para exercerem suas funções. No entanto, Vale disse que Lula poderá fazer mudanças, como trocas de integrantes do Copom e tentar aumentar a meta da inflação. Para o economista, se o governo aumentar a meta de inflação "será um erro colossal" e "uma das decisões mais equivocadas".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 6